

Em busca do Consenso Golpista:

O papel da rede da democracia no Golpe Civil-Militar de 1964

Eduardo Gomes Silva*

Resumo: O presente artigo procurará analisar o papel da *Rede da Democracia* no processo de promoção e consolidação do Golpe civil-militar de 1964, bem como problematizar as atuais abordagens historiográficas entendidas como ‘revisionistas’ em relação àquele processo. Cadeia midiática formada pelas emissoras de rádio e jornais das empresas *Globo*, *Jornal do Brasil* e *Diários Associados*, acredita-se que a *Rede da Democracia* tenha exercido papel fundamental na campanha de desestabilização do governo Goulart, e que sua criação não pode ser apontada como uma mera reação ao “clima de radicalização” daquele período – como quer fazer acreditar a historiografia revisionista sobre o Golpe. Iniciar a discussão em torno deste revisionismo, apontar suas teses e sua relação com a *Rede da Democracia* também serão, portanto, alguns dos objetivos que este artigo almeja alcançar.

Palavras-chave: *Rede da Democracia*; Golpe civil-militar de 1964; revisionismo historiográfico.

Abstract: The present article intends to analyze the role played by the *Rede da Democracia* in the promotion and consolidation processes that conducted the emergence of the Brazilian 1964’s *coup d’état*, as well as to inquiry its relation with today’s *revisionist* historiography. It will be argued that the *Rede da Democracia*, a mediatic network formed by *Globo*, *Jornal do Brasil* and *Diários Associados* radio stations and newspapers, has played a key task campaigning against the President Goulart government, provoking its disruption. Therefore, the creation of the *Rede*, cannot be framed as a mere reaction to the ‘radicalization ambience’ of that period, as *coup d’état*’s revisionism historiography places it. To start discussing the revisionist approach, to point out its main arguments and relations with the *Rede* are some of the main goals of the present article.

Key words: *Rede da Democracia*; Brazilian 1964’s *coup d’état*; revisionism historiography.

Processo histórico complexo e ilustrativo das mudanças estruturais do sistema capitalista do pós-2ª Guerra, o golpe civil-militar brasileiro de 1964 ainda é objeto de muita controvérsia no campo das análises acadêmicas. Somado às consequências nefastas desta ditadura e os significativos resquícios desta em nossa sociedade, torna patente a sua atualidade enquanto objeto de estudo.

* Mestrando em História Social do PPGH/UFF. O presente trabalho foi realizado com apoio da FBN – Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, do qual o autor é pesquisador-bolsista. Email: silva.eduardogomes@gmail.com

Atualidade e necessidade, se considerarmos recentes obras cujo tema gira em torno desta temática e, não raro, de caráter analítico estritamente factual, acabam não só por esvaziar a complexidade inerente àquele processo (em última instância, de caráter classista e responsável por profundas e negativas mudanças sócio-político-econômicas no país), como também por ratificar a tese de contra-golpe defendidas pelos militares, já que um dos substratos destas análises revisionistas¹ é associar a crescente demanda dos movimentos sociais daquele período (em particular, dos movimentos da classe trabalhadora urbana e rural) e o respaldo de parte desta demanda pelo Poder Executivo, à uma incontestada prova da iminência de um “golpe à esquerda”.

Analisado com maior acuidade posteriormente, é importante neste momento nos retermos a um ponto em especial deste revisionismo: o quão bem recebido ele está sendo por outras esferas, que não só a militar, diretamente responsáveis pelo planejamento e execução do golpe de 64, como a “grande imprensa”. Beneficiada pela idéia de “golpismo entranhado nos costumes e na cultura política brasileira”, parte significativa das grandes empresas midiáticas estão vendo o êxito que obtiveram em favor da desestabilização do governo de João Goulart – além da criminalização dos movimentos sociais e a disseminação do “fantasma” comunista naquele período – sendo ratificado por parte da academia. Em última instância, e segundo a tese de que todos eram golpistas, até mesmo a imprensa está sendo eximida de sua responsabilidade junto à fomentação e legitimação da ditadura militar iniciada em 1964.

O que nos propomos, no entanto, é ir além desta classificação “ingênua” de imprensa e, na análise do processo que levou ao golpe de 1964, tomá-la como representante de um determinado projeto então em franca disputa hegemônica no País – projeto este que se contrapunha tanto ao do bloco populista no poder, representado pelo governo Goulart, quanto ao da classe trabalhadora, outra importante e fundamental força social daquele período.

É em defesa deste projeto – representado por aquilo que René Dreifuss denominou de bloco histórico multinacional e associado – que nasce a *Rede da Democracia*. Arranjo editorial entre importantes empresas midiáticas daquele período, acreditamos e tentaremos apontar através deste breve trabalho que: i) tal ferramenta fora de suma importância para a obtenção de um consenso que, minimamente, difundira a idéia da iminência do “assalto ao poder pelo comunismo” e a conseqüente necessidade de intervenção militar para a deposição do Governo Jango; ii) ao contrário do que está sendo apontado por “novas” abordagens sobre o golpe de 1964, tal arranjo fora um dos produtos da estratégia de “dominação geral” a que se

referiu Dreifuss², previamente estudado e levado ao cabo pela elite orgânica do referido bloco, e não uma mera **reação** ao “clima de radicalização” daquele período.

Disputa hegemônica

Considerado uma das mais completas análises do processo que culminou com o golpe civil-militar de 1964, a obra *1964: A conquista do Estado. Ação Polícia, poder e golpe de classe* de René Armand Dreifuss é fruto de uma extenuante pesquisa em torno do que por ele fora cunhado como complexo IPES/IBAD – verdadeira “elite orgânica dos interesses multinacionais e associados” e cujo objetivo era “o de se estabelecer no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas”³.

Partindo de pressupostos gramscianos como bloco histórico, correlação de forças, disputa hegemônica e intelectual orgânico, Dreifuss analisa de forma minuciosa estas duas organizações e, não só identifica a natureza de seus interesses, como aponta as estratégias que tal complexo lançou mão para conseguir inserir-se no controle do Estado brasileiro.

À primeira vista um fórum de debates que reunia veteranos empresários brasileiros, jovens empresários e economistas renomados – ‘intelectualidade’ que discutia, diante do colapso do populismo, um novo tipo de Estado para o país que o ligasse de forma racional às grandes empresas e ao capital internacional –, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), segundo Dreifuss, “era uma entidade sofisticada e pretensamente científica; patrocinada por empresários mais representativos da burguesia comercial – além de grupos estrangeiros”⁴. Para Moniz Bandeira, outro cientista político que focalizou as atividades do complexo IPES/IBAD do período anterior ao golpe, “o IPES atuava de maneira bastante variada, em diversas frentes, mobilizando equipes multifuncionais, espraiando-se virtualmente por todo o país e amparando-se em recursos e financiamentos razoavelmente abundantes”⁵. Já o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) – comprovadamente operacionado com recursos providos dos EUA⁶ –, transformou-se na organização mais próxima às chamadas “entidades de base” anti-janguista. Embora fundada em 1949, esta entidade só intensificou suas atividades a partir de 1961 e, conforme o quadro descrito por Moniz Bandeira em *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-64*, com um financiamento de grande magnitude “o IBAD se transformou numa *holding*, coordenando várias subsidiárias, entre as quais se destacavam, além da ADEP [Ação Democrática Popular], a Ação Democrática Parlamentar (ADP), a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE) e a Frente de Juventude Democrática (FJD)”⁷.

Desta forma, ao contrário do que atualmente está sendo apontado como “reação ao clima de radicalização crescente”⁸, a criação da cadeia de emissoras radiofônicas *Rede da Democracia* pode ser apontada como uma das mais sutis ações da elite orgânica disposta em torno do complexo IPES/IBAD. Ao analisar as “táticas da elite orgânica (...) que objetivavam efeitos a longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e político-militares”⁹, Dreifuss faz uma precisa divisão destas táticas:

*Doutrinação geral, [que] visava apresentar as abordagens da elite orgânica aos responsáveis por tomadas de decisão políticas e ao público em geral, assim como causar um impacto ideológico em públicos selecionados e no aparelho do Estado [e a] doutrinação específica, que tencionava moldar a consciência e a organização dos setores dominantes e envolve-los na ação como uma ‘classe para si’, enquanto consolidada a liderança política das frações multinacionais e associadas dentro da classe dominante.*¹⁰

Para que tal empreendimento seja compreensível, a noção gramsciana de Estado Ampliado é deveras precisa, já que caracteriza e concebe o Estado enquanto uma constante relação entre as duas principais esferas: a sociedade política e a sociedade civil; enxergando nesta última o *locus* onde é organizada a vontade coletiva de determinado grupo hegemônico e também de grupo contra-hegemônico. Tal *locus* é denominado por Gramsci como *aparelhos privados de hegemonia*, cujos exemplos mais clássicos são as igrejas, os sindicatos, as escolas, a imprensa e outras agremiações cuja adesão de seus pertencentes seja feita de forma voluntária.

Tal noção também é de extrema importância para o presente estudo, pois permite que tomemos a imprensa como um importante instrumento da disputa hegemônica – uma vez considerado que tal disputa não mais se esgota na força coercitiva, e sim na junção desta à necessidade de “consentimento”. Em outras palavras, pressupõe que se considere “o conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre toda a sociedade, a maneira como ela pode realizar sua hegemonia – a produção do consenso – ainda que ao preço de equilíbrios de compromisso”¹¹.

Diferente do que é retoricamente explorado pela própria imprensa, analisá-la como *aparelho privado de hegemonia* implica em desnudar um discurso por excelência ideológico, *ideologia* aqui entendida não apenas como “capacidade de universalização de interesses/visões de mundo particularistas, o que implica fundamentalmente um contínuo e sinuoso processo de ocultação da realidade”¹², mas como uma importante ferramenta de disputa hegemônica, operando conforme o contexto histórico de tal disputa. Todavia, é de

suma importância ressaltarmos a complexidade subjacente a este conceito e, justamente por tal complexidade, sublinharmos como ora ele está sendo empregado na análise de nosso objeto de estudo. Para além de uma simples “ocultação da realidade” – como fora proposto por Francisco Fonseca – procuramos ressaltar a noção de “guerra de posições” subjacente a este conceito, onde determinados grupos midiáticos (e não a sua totalidade) representavam um dos flancos na disputa precedente ao golpe de 1964.

Segundo Aloysio Carvalho:

A percepção de que as mobilizações sindicais de massa lideradas pelos trabalhistas e comunistas “coagiam” o Poder Legislativo – sendo este o representante máximo da ‘opinião pública’ –, deu armas para que a imprensa fosse colocada na condição de guia da nação, portadora da racionalidade, sendo considerada, portanto, o espaço público ideal para direcionar os debates sobre os rumos do país.¹³

Em outras palavras, determinados grupos midiáticos – e em especial a *Rede da Democracia* – outorgavam para si a imagem de intérprete e voz autorizada da “opinião pública”, uma vez que as “investidas do Poder Executivo contra os direitos da propriedade privada” – tradução que tais grupos davam aos preceitos das reformas de base – ganharam cada vez mais força após Jango ter se inclinado a favor das reformas.

A filiação desta *Rede* ao bloco histórico multinacional e associado é mais uma vez confirmado se levarmos em conta que:

A imposição de projeto hegemônico exige, dentre outros fatores, a luta pelo monopólio dos órgãos formadores de opinião pública (...) e aquilo a que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, o ponto de contato entre a ‘sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força.¹⁴

A Rede da Democracia, em si.

Organizada em outubro de 1963, este amplo sistema de comunicação nacional deu voz a políticos, militares, empresários, jornalistas, economistas e demais pessoas que, com base no diagnóstico de que estava em andamento uma subversão das estruturas da sociedade brasileira, constituíam propósitos comuns em relação aos temas políticos que precederam o golpe de 1964. A *Rede* representou, de certa forma, uma versão reacionária do que fora a *Cadeia da Legalidade* – ampla campanha rádio-difusora que, comandada pelo então governador gaúcho, Leonel Brizola, em 1961, exercera papel significativo junto a garantia de posse de João Goulart à presidência nacional.

Não por acaso, fora capitaneada por três importantes empresas jornalísticas daquele período – *Globo*, *Jornal do Brasil* e *Diários Associados* –, através de suas respectivas

emissoras radiofônicas (*Rádio Globo, Rádio JB e Rádio Tupi*) e de seus respectivos jornais (*O Globo, Jornal do Brasil e O Jornal*); empresas estas estrategicamente posicionadas no verdadeiro epicentro político do País daquele período, o Rio de Janeiro.¹⁵

Utilizando-se de uma retórica que as sobrepujam aos partidos políticos, a união destas três empresas jornalísticas sob a alcunha de *Rede da Democracia* era explicada pelos próprios periódicos como sendo uma defesa à “crise institucional da qual atravessava o País”, sendo esta a principal justificativa para o abandono de uma linha imparcial de atuação jornalística: “A *Rêde da Democracia* – que vai hoje ao ar pela primeira vez – não terá colorido político-partidário. Inspira-se nos mais puros sentimentos de patriotismo e na preocupação com o destino nacional em tão grave momento da vida brasileira”¹⁶. (Grifos do original).

A despeito da independência de opiniões e da imparcialidade jornalística, *Jornal do Brasil, O Jornal e O Globo* estavam convencidos de que, após a formalização de tal arranjo, pudessem finalmente “Levar a Todo o País a Mensagem de Esperança da ‘Rêde da Democracia’”¹⁷.

Desta forma, os programas radiofônicos levados ao ar pelas rádios *Globo, Tupi e JB* estavam unificados com um mesmo conteúdo; quase sempre destinado à alocação de radialistas consagrados daquele período (como Alberto Curi, da *Rádio JB* e Ayrton Rodrigues, da *Tupi*), e aberto à participação de representantes de entidades oposicionistas ao governo Goulart, como a carioca CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e a paulista UCF (União Cívica Feminina).

Sob o subtítulo de *Vigília diária em defesa da ordem e da lei*, os referidos programas iam ao ar diariamente das 22h30min a zero hora, e cujo conteúdo era impreterivelmente transcritos na coluna *Rede da Democracia*, presente nos três jornais do arranjo.

Para não se limitar às estações da *Rede*, seus organizadores propunham uma distribuição gratuita de seus programas, bastando aos possíveis interessados em retransmiti-los, somente identificar-se.¹⁸

Embora não tendo acesso aos arquivos sonoros destes programas, percebemos pelas transcrições resumidas nos jornais da *Rede* um forte apelo religioso tangendo os seus conteúdos; bem como uma quase inexistente preocupação em explicar as notícias políticas que lhes davam base. Ao contrário, se limitavam a associar o governo Goulart e o crescimento das demandas dos movimentos sociais daquele período, a uma também crescente presença do comunismo no País.

Aproveitando-se largamente da antítese comunismo e religião, os conteúdos dos programas da *Rede* ratificavam uma característica do próprio anticomunismo brasileiro dos anos 60, qual seja: “a substituição da ortodoxia católica por uma espécie de ecumenismo anticomunista. Igrejas cristãs reformadas, judeus, espíritas e até umbandistas ocuparam lugar nas mobilizações do período”¹⁹. Neste sentido, não eram raros as chamadas incitadas pelos programas para manifestações de cunho religioso, ou mesmo a utilização daquele espaço para pronunciamentos de influentes líderes religiosos, como o Cardeal D. Jaime Câmara, então presidente da CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil: “Por Deus. Pela Democracia – Missa ecumênica na Praia Vermelha servirá de homenagem aos que morreram lutando contra o comunismo – Rabino pede união espiritual para defender a democracia e a religião na América Latina.”²⁰ (Grifos do original).

Esta estratégia – que podemos denominar de *vulgarização da notícia*²¹ – elevaram os programas e artigos da *Rede* a um papel de destaque naquele período, podendo ser associada àquilo que Dreifuss definiu como **doutrinação geral**.

Confirmando a importância deste instrumento para a ação da elite orgânica naquele período, o jornal *O Globo* transcrevia assim um dos primeiros programas radiofônicos da *Rede da Democracia*:

O Sr. João Calmon, diretor da Rádio Tupi, iniciou sua oração na “Rêde da Democracia” fazendo sentir a necessidade de pôr a fôrça do rádio a serviço da defesa do regime democrático, fazendo cessar o monólogo até agora exercitado pelos inimigos do regime. Disse então:

*– O povo brasileiro está altamente politizado, porque não há um caboclo neste País que já não possa ouvir um rádio-transmissor. (...) Outro cidadão (...) recorreu ao rádio, através da chamada ‘Cadeia da Legalidade’, por ocasião da crise resultante na renúncia do Sr. Jânio Quadros, para garantir a posse do vice-Presidente. (...) Por que haveria de continuar o rádio, no plano político, a ser manejado em cadeia apenas por inimigos mortais da democracia? Por que não utilizar essa fabulosa força para uma cruzada de defesa do regime tão ameaçado por conspirações, umas de baixo para cima e outras de cima para baixo?*²²

As estratégias

Podendo ser identificados como uma das características do chamado *jornalismo integral*²³, os argumentos presentes nas colunas da *Rede* vão ao encontro do caráter de “vulgarização das notícias” com o qual o historiador Francisco Fonseca apontou como sendo uma das estratégias de atuação da imprensa. Em outras palavras, ao assumir um discurso que deixava claro que o eixo central de seu combate era o comunismo – “Dias graves se

aproximam se não for repelida a invasão comunizante de Moscou em território brasileiro”²⁴ –, a *Rede da Democracia* não só explorava a imagem de agente capaz de proporcionar visibilidade da política pela opinião pública, como também o fazia de modo a inserir nesta “tradução” a sua própria inclinação política; como a reconhecida pelo proprietário do *Jornal do Brasil*, Nascimento Brito: “jornal que defende a iniciativa privada, tem tendência liberais e inclinação conservadora.”²⁵

Segundo Fonseca, “isso se dá por meio da elaboração de pares dicotômicos, elaborados deliberadamente sem mediações, com vistas à divulgação de questões altamente complexas”²⁶. No caso específico da *Rede da Democracia*, consistia em traduzir uma verdadeira disputa hegemônica travada no âmbito militar e civil a uma incontestada prova da “comunização” do País.

Se coube ao deputado udenista Bilac Pinto traduzir a “árida linguagem dos documentos militares para o mundo civil”, em relação aos preceitos da Guerra Revolucionária e o estágio em que ela se encontrava no Brasil, o quinhão de vulgarizar estes preceitos e relacioná-los ao governo de João Goulart seria muito bem executado pela *Rede da Democracia*.

Numa de suas primeiras comunicações através das estações da *Rede*, Nascimento Brito transmitiu um sentimento de pânico, e pediu à população uma postura de alerta ao prognosticar que

*Forças políticas tentam obter o consentimento popular para fazerem do Brasil a experiência infeliz que o nazismo, o fascismo e o comunismo impuseram a outros povos (...) Precisamos empunhar decididamente a bandeira do combate aos extremismos, sobretudo o comunismo internacional que pretende transformar nosso país na próxima vítima da escravização soviética, bem como o caudilhismo nacional que serve inconscientemente de instrumento.*²⁷

É importante lembrar que nem mesmo as nuances e os embates entre o Executivo e os líderes esquerdistas eram considerados ou levados a público pelos editoriais do arranjo. Ilustrativo desta prática, o episódio do pedido de Estado de Sítio,²⁸ por exemplo, foi considerado mais como ingerência dos “vermelhos” no governo janguista que propriamente a única decisão capaz de ser tomada por um Executivo que, em última instância, encarnava a forma populista de domínio e que, por isso mesmo, estava sendo desafiado por duas “forças sociais fundamentais” daquele período: “os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadores industriais”²⁹. Em editorial de dezembro de 1963 *O Jornal* tratou assim a retirada do pedido:

*Sempre se poderá argumentar que, reconhecendo o próprio erro e procurando corrigi-lo a tempo, qualquer autoridade se engrandece. Este argumento valerá no caso atual, sem dúvida, porém, com uma ressalva. Resta saber se o presidente da República se mostrou sensível aos argumentos do bom senso (...) ou se apenas, mais uma vez, se dobrou à vontade daqueles ajuntamentos espúrios que, tendo agitado o país até o máximo, sentiram que o estado de sítio lhes poderia ser fatal.*³⁰

Dado o acirramento desta estratégia por parte de seus opositores, em janeiro de 1964 Jango aproveitaria o espaço *Rede da Democracia* para, paradoxalmente, se defender de ataques proferidos pelo programa ao seu Governo – o que, de certa forma, denota a importância que o referido arranjo obteve no breve período em que atuou. Numa manchete intitulada “Presidente e a Rêde da Democracia”, *O Globo* reproduzia as palavras de Jango desta forma:

*Meu único compromisso é convosco, povo brasileiro, e somente convosco. Sei das vossas dificuldades dos sacrifícios impostos pela circunstância do momento, mas, juntos, haveremos de vencer as barreiras que se opõem aos nossos propósitos, cristãos e democráticos, de uma participação mais humana do povo no trabalho e na riqueza da Nação. Estou convencido que o caminho para este empenho é pormos em prática reformas verdadeiramente sérias, reformas verdadeiramente profundas.*³¹

A defesa da “democracia”

Somado ao anticomunismo, outro valioso argumento utilizado em grande escala pelos programas e artigos da *Rede* foi o da “defesa da democracia”, verdadeira trincheira contra a proposta de reformas de base – já acampada pelo Executivo após o fracasso, em meados de 1963, do Plano Trienal.³² Em fevereiro de 1964, o *Jornal do Brasil* publicava:

*Ouve-se hoje (...) que o povo está acima da constituição e que as leis não vigem para o Presidente de República. (...) Por êsse caminho, abandonando aquele da lei e da ordem pelo qual devemos e queremos que o Brasil também seja beneficiado do sopro sadio da socialização que sacode o mundo - em vez de chegarmos às reformas racionais, imperativas da evolução – estaremos num vôo cego para fora da órbita democrática. (...) Foi assim na Alemanha, quando a sua constituição, tida como o documento mais primo do seu tempo, ao invés de ceder à readaptação e ao reexame, cedeu ao Hitler.*³³

Bandeira defendida por inúmeros grupos conservadores envolvidos naquele processo histórico (tais como: Campanha da Mulher Democrática – CAMDE; Liga da Mulher Democrática – LIMDE; Ação Democrática Feminina Gaúcha –ADFG; Cruzada Democrática Feminina – CDF; citando somente os grupos feministas), a noção vulgarizada de democracia

figurada e defendida pelos jornais e rádios da *Rede* estava longe de ter algum aspecto de maturidade, longe de aqumbarcar as complexas relações que este tema representava (e representa). Em última instância, imprimiam uma visão limitada de democracia, cujos aspectos meramente legais eram considerados.

Em ressonância às outras frentes de mobilização do complexo IPES/IBAD, a defesa dos “valores democráticos” pelos canais da *Rede da Democracia* ganharia maior poder de retórica após a decisão de Goulart em tornar prioridade à campanha em prol das reformas de base. Por tocar em verdadeiros tabus – como as reformas agrária, tributária, política etc –, a campanha pelas reformas de base ganharia ares de confronto aberto entre os seus defensores (que ia além dos parlamentares ditos “radicais”, alcançando principalmente as organizações trabalhistas urbanas e rurais) e entre aqueles que enxergavam nestas o “primeiro passo para que tenhamos nossa bandeira auriverde substituída pela foice e o martelo”³⁴, conforme as palavras do então governador de São Paulo, Ademar de Barros, reproduzidas no programa da *Rede*.

Outrossim, a vulgarização de temas importantes – como o das reformas de base –, bem como a associação de todos os seus defensores com o comunismo ganhavam, nos programas e artigos da *Rede*, níveis absurdos. Paradoxalmente, a natureza menos conflituosa – ou melhor, conciliatória – com a qual Goulart pretendia realizar tais reformas, servira como mais uma munição a favor de seus opositoristas, dentre eles a própria *Rede*:

*Uma das questões a gerar maior polêmica era a existência de uma cláusula constitucional que proibia a desapropriação de bens sem indenização em dinheiro. O governo pretendia indenizar as terras desapropriadas com títulos públicos (e não apenas desapropriá-las sem indenização), o que implicava reformar a Constituição.*³⁵

As críticas a esta “manobra” partiram de todos os lados. “A estratégia de Jango é pressionar o Congresso, para que lhe seja dado o poder de reformar a Constituição” – imprimia o *Jornal do Brasil*; “A causa principal dos males, cabe insistir, reside no desvirtuamento da autoridade civil que faz o jogo da investida totalitária, transigindo, ostensivamente, com os comunistas” – insistia o jornal, no mesmo artigo.³⁶ Em editorial, *O Globo* denunciava: “uma vez aceito o princípio de alterar a Carta Magna, estará abertas as portas para mudanças profundas nas instituições”³⁷.

Cabe, neste momento, abrímos um parênteses e compararmos o quão próximo estão os argumentos perpetrados por este bloco histórico que alcançara o poder em 1964 e as atuais

abordagens historiográficas que aqui estamos entendendo como “revisionistas”; para quem a idéia de golpismo era generalizado:

Na conjuntura que precedeu ao golpe, as lideranças políticas de esquerda e de direita radicalizavam cada mais seu discurso dando uma clara demonstração de que tinham uma baixa convicção da democracia existente no país. Ambos os lados, de fato, conspiravam contra a democracia representativa e preparavam um golpe contra suas instituições: a direita para impedir o avanço e a consolidação das reformas; a esquerda para eliminar os obstáculos que se antepunham a esse processo.³⁸

Já segundo Jorge Ferreira, “os partidários de direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas (...) Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia”³⁹. Visão que podemos associar àquela de Argelina Figueiredo – expressada na paradigmática obra revisionista *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* – para quem “a visão instrumental de democracia, mantida pela direita como pela esquerda”⁴⁰, e o conseqüente “fracasso em alcançar um equilíbrio aceitável entre regras democráticas”⁴¹ levaram ao golpe de 1964.

Em comum, além de uma visão estritamente personalista e factual do golpe por parte dos dois últimos historiadores, estes estudos revisionistas se apóiam numa noção anacrônica e mesmo específica (a liberal) de democracia; em outras palavras: “ao invés de uma postura crítica destes pesquisadores em relação aos limites do regime instituído com a Carta de 1946, estes optaram por uma valorização apologética daquele regime, não procurando estabelecer a sua natureza social”⁴² – ilustradas, por exemplo, pelas características corporativistas regidas pela Carta sobre a organização dos movimentos trabalhistas.

O que mais nos interessa, no entanto, é que os argumentos destes que insistem na tese de “golpismo generalizado”, passam quase sempre pela imprensa; ou melhor, a “prova” do golpismo à esquerda residiria nos “discursos” de alguns personagens daquele período, proferidos por jornais, revistas e específicos programas radiofônicos. É o caso dos discursos do então deputado federal Leonel Brizola, transmitidos pela Rádio *Mayrink Veiga* e os seus igualmente inflamados artigos no jornal *Panfleto*, apontados por Jorge Ferreira como prova do “radicalismo por meta” da esquerda brasileira⁴³. Ora, a despeito da inexistência concreta de provas de um possível plano golpista da esquerda aos moldes do que fora organizado pelo complexo IPES/IBAD⁴⁴, é exagerada a interpretação que este historiador dá à liderança de Brizola no interior das esquerdas. Segundo Toledo: “são bem conhecidas as fundas divergências que ele [Brizola] mantinha com a linha de atuação da principal organização de

esquerda (PCB) no período. Se Prestes não falava por toda a esquerda, tampouco Brizola a representava.”⁴⁵

Fruto direto da noção de “contra-golpe” impresso pelos grupos conservadores em contrapartida ao radicalismo das esquerdas, Ferreira aponta o nascimento da *Rede da Democracia* como uma **reação** àqueles discursos que Leonel Brizola pregava através da Rádio Mayrink Veiga, desconsiderando toda a historicidade deste que fora somente um dos veículos utilizados pela elite orgânica do complexo IPES/IBAD no que tange à busca de consentimento para o seu projeto hegemônico – que afinal fora vitorioso com o golpe de 1964.

Entendemos, todavia, que um estudo mais pormenorizado se faz necessário para que se possam esgotar todas as evidências deste envolvimento. O que não podemos, no entanto, é tomar a *Rede da Democracia* – e a imprensa brasileira, de um modo geral – como esfera externa àquele contexto, acima dos conflitos sociais e de classe; meramente refletora dos acontecimentos que culminaram na instauração da mais longa ditadura de nossa história.

NOTAS

¹ Alusão ao termo de Caio Navarro de Toledo, do qual este trabalho buscou fontes. Grosso modo, trata-se de “novas abordagens” sobre o golpe de 1964 que, ao privilegiar uma análise baseada nos atos dos principais indivíduos envolvidos naquele evento, e/ou no exacerbado, limitado e anacrônico peso conferido à idéia de democracia, acabam por ratificar o argumento de que tal “evento” fora um contra-golpe, um golpe preventivo contra o “provável golpe anarco-sindicalista” – não por acaso, o argumento dos verdadeiros golpistas de 1964. TOLEDO, C.N. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica19ok.pdf>>, acessado em 27/08/2006>.

² DREIFUSS, R.A. *1964: A conquista do Estado*. Ação Política, poder e golpe de classe. Trad.: Laboratório de Tradução da UFGM. 4ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986, p. 232.

³ Idem, *Ibidem*, p. 281.

⁴ Idem, p. 166-7.

⁵ BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1983, p. 66.

⁶ Moniz Bandeira, na obra supracitada, dedica todo um capítulo para esta questão. Como nos aponta o cientista político, até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada em 1963 para averiguar as origens do enorme capital recebido pelo IBAD; CPI esta que “teve sua missão embaraçada pela influência dos deputados que os recursos do IBAD beneficiaram. O ex-agente da CIA, Phillip Agee, confirmaria posteriormente este fato, ao anotar em seu diário que a CPI ‘foi de algum modo controlada (...) pois cinco de seus nove membros eram receptadores de fundos monetários do IBAD e ADEP’”. Idem, *Ibidem*, p. 71. Todavia, o IBAD seria dissolvido por determinação do Poder Judiciário, em dezembro de 1963. Cf.: DREIFUSS, R.A. *Op. cit.*, p. 207.

⁷ BANDEIRA, M. *Op. cit.*, p. 68-9.

⁸ FERREIRA, J. A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh. Vol. 24, nº.47 jan-jun 2004, p. 197.

⁹ DREIFUSS, R.A. *Op. cit.*, p. 231-2.

¹⁰ Idem, p. 232.

¹¹ BARBOSA, M. e MENDONÇA, S. R. Estado e comunicação no Brasil: em torno do pensamento de Antonio Gramsci. In: CD-ROM *do IV Congresso Nacional de História da Mídia*. São Luís: AMI, 2006, p. 04.

- ¹² FONSECA, F. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”. In: *Estudos Históricos – Mídia*. No. 31. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2003
- ¹³ CARVALHO, A. C. A imprensa golpista. In: Revista *Carta Capital*, 31/03/2004, p. 75.
- ¹⁴ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. VI. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b, p. 09.
- ¹⁵ Aqui considerado o antigo Distrito Federal do País – que, de 1960 a 1975 conservaria administração própria, denominado de Estado da Guanabara –, e o restante do Estado do Rio de Janeiro.
- ¹⁶ *O Globo*, Rio de Janeiro, 26/10/63, p. 06.
- ¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 01.
- ¹⁸ É o que podemos ver no seguinte anúncio d’*O Globo*: “As emissoras e serviços de auto-falantes de qualquer ponto do País poderão fazer parte da ‘Rêde da Democracia’, não precisando, para isso, de autorização especial. No entanto, para que seus nomes e prefixos sejam anunciados, deverão comunicar sua participação. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/10/63, p. 07.
- ¹⁹ MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectivas/FAPESP, 2002, p. 246.
- ²⁰ *O Globo*, Rio de Janeiro, 27/11/63, p. 04.
- ²¹ Que, grosso modo e segundo Francisco Fonseca: “implica em disponibilizar ‘argumentos’ e imagens, sob a forma de informação, ao cidadão comum, através de uma linguagem simples que, em determinadas circunstâncias, assumiu o caráter de vulgarização.” In: FONSECA, F. Op. cit., p. 04. (Grifos no original).
- ²² *O Globo*, Rio de Janeiro, 30/10/63, p. 06.
- ²³ Que, segundo Gramsci, é o tipo de jornalismo “que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver tais necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.” In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. VI. 02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a, p. 147.
- ²⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/01/64, p. 03.
- ²⁵ Cf.: SMITH, A. M. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Trad.: Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 53.
- ²⁶ FONSECA, F. Op. cit., p. 04.
- ²⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30/10/63, p. 07.
- ²⁸ Após a publicação de uma entrevista em que o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, atacara seu governo e sua pessoa, João Goulart enviou (em 04 de outubro de 1963) uma mensagem ao Congresso Nacional solicitando a decretação de estado de sítio por 30 dias, possivelmente com o fito de afastar o líder udenista do governo da Guanabara. Sugerida por seus ministros militares e inicialmente apoiada pela bancada petebista da Câmara, o pedido de decretação de estado de sítio seria retirado por Goulart três dias depois de seu envio, dada à forte reação que ele gerou entre os setores conservadores e mesmo entre os setores progressistas daquela Casa. Ver: FERREIRA, M. M. Goulart, João. In: *DHBB-FGV – CD Rom*.
- ²⁹ DREIFUSS, R. A., Op. cit., p. 37.
- ³⁰ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27/12/63, p. 02.
- ³¹ *O Globo*, Rio de Janeiro, 06/01/64, p. 01.
- ³² O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social, formulado pelo então Ministro do Planejamento Celso Furtado, grosso modo, tentara alcançar a continuidade do desenvolvimento do País, dentro de um programa de caráter antiinflacionário.
- ³³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29/02/64, p. 02.
- ³⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15/03/64, p. 06.
- ³⁵ MOTTA, R.P.S., Op. cit., p. 263.
- ³⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12/03/64, p. 04-05.
- ³⁷ *O Globo*, Rio de Janeiro, 12/03/64, p. 02.
- ³⁸ AGGIO, A. et alii. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Ed. Annablume, 2002. Apud: TOLEDO, C.N. Op. cit., p. 36.
- ³⁹ FERREIRA, J. Op. cit., p. 15.
- ⁴⁰ FIGUEIREDO, A.C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Trad.: Carlos Roberto Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 202.
- ⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 197.
- ⁴² MELO, D.B. *A miséria da historiografia: o revisionismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964*. Monografia (Bacharelado em História, UFRJ). Rio de Janeiro: 2005, p. 85.
- ⁴³ FERREIRA, J. Op. cit., p. 194 e ss.

⁴⁴ Segundo Toledo, “nem mesmo os serviços de segurança norte-americanos (CIA, Departamento de Estado) – que colaboravam intensamente com as autoridades brasileiras – apresentaram, passados 40 anos, quaisquer indícios da decantada trama golpista de Goulart”. In: TOLEDO, C.N. Op. cit., p. 37.

⁴⁵ Idem, Idem.